

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA O**  
**CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO**

Justificativas de alteração do gabarito de questões  
(com base no modelo de prova disponível no sítio do CESPE/UnB)

**CONHECIMENTOS PARA O CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO**

ITEM	GABARITO PRELIMINAR	GABARITO DEFINITIVO	SITUAÇÃO
<b>2</b>	<b>D</b>	-	<b>Deferido com anulação</b>
Não há opção correta, pois, na redação da opção apontada como gabarito, deveria estar explícita a expressão “existência de manifestação de vontade lícita, livre e consciente”. Por esse motivo, opta-se pela anulação da questão.			
<b>4</b>	<b>C</b>	-	<b>Deferido com anulação</b>
Não há opção correta, visto que, na redação da opção apontada como gabarito, não está descrito um marco temporal para a situação a que se refere. Dessa forma, opta-se pela anulação da questão.			
<b>6</b>	<b>C</b>	-	<b>Deferido com anulação</b>
Não há opção correta, uma vez que a utilização da expressão “moral ou material”, na opção apontada como gabarito da questão, prejudicou sua correção. Portanto, opta-se por sua anulação.			
<b>21</b>	<b>E</b>	-	<b>Deferido com anulação</b>
A opção considerada como correta pelo gabarito faz menção ao crime de quadrilha ou bando, objeto de nova redação conferida pela Lei 12.850/2013, que alterou tanto o <i>nomen juris</i> para associação criminosa quanto o tipo penal para considerar crime a associação de 3 (três) ou mais pessoas, para o fim específico de cometer crimes, e não mais de 3 (três) pessoas, como na redação antiga. A nova lei entrou em vigor 45 dias após sua publicação em 05/08/2013. Assim, a falta de um elemento temporal no enunciado da questão não permite ao candidato aferir se a conduta se subsume ao novo ou ao antigo tipo penal. Devido ao exposto, opta-se pela anulação da questão.			
<b>22</b>	<b>D</b>	-	<b>Deferido com anulação</b>
Não há opção correta, pois a utilização da expressão “presunção de inocência” na opção apontada como gabarito da questão prejudicou seu julgamento objetivo. Por esse motivo, opta-se por sua anulação.			
<b>71</b>	<b>E</b>	-	<b>Deferido com anulação</b>
Além da opção apontada como gabarito, também esta correta a opção que afirma que “exige-se a elaboração de plano diretor para cidades com mais de vinte e cinco mil habitantes, inseridas em regiões metropolitanas, em áreas de especial interesse turístico e localizadas em regiões suscetíveis a deslizamentos ou terremotos”. Por esse motivo, opta-se pela anulação da questão.			
<b>78</b>	<b>B</b>	-	<b>Deferido com anulação</b>
Conforme o disposto no CDC e o entendimento do STJ, além da opção apontada como gabarito, também está correta a opção que afirma que “convenção que preveja, nos contratos de título de capitalização, o prazo de carência de até vinte e quatro meses para a devolução do montante da provisão matemática, para o caso de resgate antecipado”. Portanto, por haver mais de uma opção correta, opta-se pela anulação da questão.			
<b>94</b>	<b>C</b>	-	<b>Deferido com anulação</b>
Diferentemente do apontado na opção gabarito, o artigo 19 da Lei Complementar nº 8/1983 dispõe expressamente que o Corregedor-Geral do Ministério Público será eleito pelo Colégio de Procuradores, dentre os Procuradores de Justiça. Portanto, por não haver opção correta, opta-se pela anulação da questão.			